

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMOM VIDAL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO
ECONÔMICO JAPONÊS

Curitiba

2024

AMOM VIDAL DO NASCIMENTO OLIVEIRA

A ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO
ECONÔMICO JAPONÊS

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas, no Setor de Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em economia.

Orientador: Profº Dr. José Felipe Almeida

Curitiba

2024

RESUMO

A história do pensamento econômico japonês é influenciada por pensadores econômicos clássicos. Após a abertura das fronteiras e consequente restauração Meiji no século XIX, o Japão passa a receber traduções das obras literárias advindas do ocidente. Dentre elas, A Riqueza das Nações de Adam Smith, Ensaio Sobre a População e Princípios de Economia Política de Thomas R. Malthus, Princípios de Economia Política e Tributação de David Ricardo, O Capital e O Manifesto Comunista de Karl Marx. A contribuição de cada um deles é fundamental para o desenvolvimento econômico do Japão. Adam Smith relativo aos conceitos do livre comércio, industrialização e divisão de trabalho, Thomas Malthus e seus estudos populacionais, David Ricardo e a teoria da renda da terra e teoria dos salários, e Karl Marx em relação às lutas de classe e ao socialismo. A releitura destes pensadores por economistas japoneses é um começo para os estudos econômicos acadêmicos do Japão moderno.

Palavras-chave: História do pensamento econômico do Japão; escola de pensamento econômico clássico; economia política; Adam Smith; David Ricardo; Thomas Malthus; Karl Marx.

ABSTRACT

Classical economic thinkers influence the history of Japanese economic thought. After the opening of the borders and the subsequent Meiji Restoration in the 19th century, Japan began to receive translations of literary works from the West. Among them were *The Wealth of Nations* by Adam Smith, *An Essay on the Principle of Population* and *Principles of Political Economy* by Thomas R. Malthus, *Principles of Political Economy and Taxation* by David Ricardo, *The Capital*, and *The Communist Manifesto* by Karl Marx. The contributions of each of these works were fundamental to Japan's economic development. Adam Smith was particularly influential with his concepts of free trade, Thomas Malthus with his studies on population, David Ricardo with the theory of rent and the theory of wages, and Karl Marx with class struggles and socialism. The reinterpretation of these thinkers by Japanese economists marked the beginning of modern academic economic studies in Japan.

Keywords: History of Japanese economic thought; classical school of economic thought; political economy; Adam Smith; David Ricardo; Thomas Malthus; Karl Marx.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 ADAM SMITH.....	10
3 THOMAS MALTHUS	17
4 DAVID RICARDO	22
5 KARL MARX	31
6 CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

O Japão atualmente ocupa posição de destaque no cenário econômico mundial por ser um país altamente desenvolvido, polo tecnológico e com alta concentração de indústrias, todavia sua revolução industrial e abertura comercial para o mercado externo acontecem de forma tardia em relação ao ocidente, mais especificamente após a restauração Meiji, datada em 1868, após abolição da dinastia dos Tokugawas (Macedo, 2017). É importante ressaltar que antes da restauração Meiji, o sistema econômico vigente era similar ao feudalismo europeu, contendo classes sociais rígidas que tinham funções fixas na sociedade, havendo camponeses como trabalhadores da terra, as classes dominantes, ou *Daimios*, e seus Vassalos, os quais também desempenhavam papel militar, conhecidos como Samurais (Macedo, 2017).

Não há unanimidade sobre o Japão Tokugawa ser puramente feudalista (Vries, 2019), além disso Jacobs (1958) aponta elementos capitalistas dessa economia. Os mercados e o comércio interno eram muito fortes, devido alto nível de urbanização, assim como uma classe de comerciantes ricos com a visão pautada na lucratividade. Apesar dos camponeses terem suas responsabilidades fiscais com os Daimios, eles também eram integrados nos mercados, seja vendendo seus produtos, ou mesmo se envolvendo na indústria nacional, ainda rudimentar (Vries, 2019). Entretanto, foi apenas com o governo Meiji que “instâncias dispersas de relações produtivas capitalistas deram lugar a um modo de produção capitalista” pois trouxe “um fim decisivo às barreiras institucionais ao desenvolvimento capitalista” (Howell, 1995, p. 5,23, tradução nossa).

A partir desse debate, é possível dizer que independente do termo utilizado para se referir à economia Tokugawa, havia-se um sistema econômico interno no Japão com um mercado ativo. No contexto econômico, observou-se uma reconfiguração significativa do sistema produtivo em relação às décadas anteriores. Os camponeses foram incumbidos de trabalhar a terra e cultivá-la, entregando uma parcela considerável de sua produção aos daimios, que por sua vez tinham a responsabilidade de cumprir quotas de impostos estabelecidas pelo xogum. Os artesãos, por sua vez, utilizavam suas habilidades para criar itens essenciais, como instrumentos, armas e realizar serviços de manutenção etc. No entanto, os bens produzidos não podiam ser comercializados livremente, sendo necessário o

intermédio dos comerciantes, uma casta frequentemente desvalorizada pelos valores tradicionais do confucionismo e do xintoísmo, por não contribuírem diretamente para o bem-estar do país, embora fossem indispensáveis para o funcionamento do sistema econômico (Macedo, 2017).

O Japão nessa Era ainda passava economicamente por um período comercial totalmente voltado para o mercado interno, pois o governo Tokugawa ainda preconizava o isolamento do país. Havia confrontamentos internos por parte do descontentamento das classes guerreiras, assim como a prosperidade no campo agrícola e o crescimento da atividade comercial e urbana para que as fronteiras fossem abertas. Já externamente, no ano de 1853 o país passou sofrer pressão dos Estados Unidos da América, devido uma delegação naval, comandada pelo comodoro Matthew Perry, um diplomata norte-americano que desembarcou na baía de Edo e apresentou demandas do presidente Americano, Millard Fillmore, para que o Japão começasse a abrir relações diplomáticas permanentes (Macedo, 2017).

Na segunda visita de Perry ao Japão, o xogum da época, lesada Tokugawa (1824 – 1856), que já se encontrava enfermo e moribundo, deixou as negociações para um conselheiro sucessor de Masahiro Abe, Masayoshi Hotta (1810 - 1864). Desta forma o tratado de Kanagawa foi assinado em 1854, dando amplas vantagens comerciais e diplomáticas às potências ocidentais, como extraterritorialidade, imunidades e privilégios tarifários de seus produtos no mercado japonês (Macedo, 2017). Assim como a China daquela época, o Japão fica relegado ao status de uma semicolônia, motivo pelo qual muitos dos já descontentes com o xogunato resolvessem se aliar para acelerar a restauração dos poderes políticos ao imperador, com o slogan: *sonno-joi* (“reverenciemos o Imperador, expulsemos os bárbaros”).

Na esfera do pensamento econômico, Yokoi Shōnan foi um intelectual nos moldes clássicos de Tokugawa, filho de uma família de samurais de nível médio. Teve oportunidade de estudar em uma escola de oficiais de samurais e demonstrou tanto brilho que continuou sua educação em Edo. Sua principal inovação para o pensamento social foi uma forma de pragmatismo. A sua escola “realista” (Jitsugaku) ecoa a visão do filósofo chinês Wang-Yang-ming, de que “saber e não agir ainda não é saber” (Suzuki, 1991). A aprendizagem por mais profunda que seja, não seria verdadeira aprendizagem, a menos que pudesse ser aplicada a fim de melhorar assuntos práticos da sociedade. Desta forma Shōnan une sua filosofia com o Keizai

de Nobuhiro de “aliviar o sofrimento do povo” e até a chegada de Perry sua abordagem se mantinha conservadora (Suzuki, 1991).

Após contato com a tecnologia ocidental, Shōnan revê sua abordagem à ameaça estrangeira. Vale ressaltar que algum tempo depois das vindas de Perry ao Japão, outro negociador importante também desembarca em Nagasaki para negociações, o almirante Russo Putiatin e ele conseguiu abrir negociações comerciais para seu país, sendo Shōnan responsável por escrever um memorando aos negociadores japoneses, o que marcou início da sua transformação em um defensor do comércio exterior (Suzuki, 1991). Neste documento Shōnan afirma que o Japão possui uma superioridade natural “a nação mais excelente do mundo” (Yokoi, 1971). Ele sugeriu que o país deveria distinguir as “nações justas” (yūdō no kuni) daquelas que carecem de “retidão” (mudō no kuni) e desenvolver relações econômicas com os primeiros (Yokoi, 1971). Em anos ele se tornou ainda mais defensor do kaikoku – a abertura do país.

Shōnan foi proponente de diversas propostas, como por exemplo uma política monetária expansionista, intervenção governamental à economia, desmantelamento completo das restrições feudais, mobilidade ocupacional e comércio entre os domínios. Todavia, infelizmente ele não viveu o suficiente para ver suas propostas serem colocadas em prática após a restauração Meiji acontecer, pois ele foi assassinado por um extremista conservador apenas um ano após a queda do xogunato (Suzuki, 1991).

Agora com o início da Era Meiji a partir de 1868, o fluxo de ideias ocidentais passa, segundo a autora Suzuki (1991) de um gotejamento incerto, para uma inundação. Segundo uma carta emitida pelo próprio Imperador Meiji em 1868, o governo decidiu que o conhecimento deve ser procurado em todo o mundo, de modo a fortalecer os fundamentos do governo imperial (Tsunoda et al., 1964). O estudo do pensamento social e econômico ocidental uma parte inevitavelmente importante desse conhecimento. Aqui faço um adendo sobre a importância do trabalho de Shōnan como pensador econômico para a política nacional, pois antes de seu memorando aos negociadores japoneses e sua participação ativa na escalada da abertura das fronteiras do país para o comércio exterior, os próprios revolucionários pró imperador que eram contra a abertura das fronteiras muito provavelmente não teriam apoiado essas ideias com tanta veemência e o governo poderia não ter adotado o tom amigável à entrada do conhecimento e comércio exterior ao Japão.

A introdução do pensamento ocidental nos países asiáticos nessa época foi de tom destrutivo e criativo, no entanto, pelo Japão ter mantido sua independência, os acadêmicos japoneses tinham menos dificuldade de manter contato com as tradições intelectuais anteriores do seu país (Suzuki, 1991).

“Dividir [o pensamento japonês moderno] em categorias “tradicionais” e “não tradicionais” é cometer um grande erro. As ideias estrangeiras foram absorvidas e incorporadas de várias maneiras na nossa consciência e modo de vida, e deixaram a sua marca indelével na nossa cultura. Neste sentido, também as ideias europeias, há muito que se tornaram parte da nossa tradição. Se analisarmos os numerosos elementos que compõem os nossos processos de pensamento e expressão, e traçarmos a linhagem de cada um destes elementos, deparemos-nos com fragmentos de muitas ideias que deixaram marcas na nossa história. Estes incluem o Budismo, o Confucionismo, o Xamanismo e o pensamento ocidental (Maruyama, 1967, p.8, tradução nossa).”

Com advento da era Meiji no Japão, o país passa a se tornar um Estado centralizado e unitário, diferente das divisões de terras parecidas com feudos que havia na época do regime Tokugawa. O Estado no início deste período importou tecnologia moderna do exterior e incentivou a industrialização. Durante a década de 1870 foi iniciada a criação das malhas ferroviárias, postais e telegráficas e estabelecido um banco nacional. O país também criou indústrias têxteis e de engenharia. Estas políticas assim como a criação de um moderno exército, foram financiadas por meio de um novo imposto, agora diferentemente do regime Tokugawa era pago em dinheiro, ao invés de arroz (Suzuki, 1991).

Desenvolver uma economia industrial moderna exigia um conhecimento das ideias econômicas modernas. Na Europa Ocidental, as teorias sobre a tributação, o sistema financeiro, a divisão do trabalho, o comércio internacional etc., desenvolveram-se gradualmente em sintonia com a emergência de uma economia capitalista (Suzuki, 1991). Dito isso, o Japão se viu na necessidade de implementar o conhecimento não apenas histórico, mas contemporâneo do que os autores envolvidos com as novas tendências sociais, e econômicas tinham a oferecer, e desta forma os já consagrados pensadores econômicos da escola clássica ocidental passam a figurar de forma relevante no pensamento econômico japonês.

O presente trabalho apresentará a influência de quatro autores clássicos na história do pensamento econômico do Japão, desde sua ligação com o país e a Ásia no geral, até a aplicação de suas teorias na prática japonesa. Os autores escolhidos foram: Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx.

A Escolha de Karl Marx para ser apresentado neste trabalho se deve às características de sua crítica à economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo. Nas primeiras décadas do século XX o Japão, assim como a Rússia eram países que estavam passando por um processo acelerado de industrialização, o que favoreceu, no caso do Japão, um ambiente favorável para o florescimento das ideias do capitalismo industrial proposto pelo liberalismo britânico. Todavia, com um setor agrário remanescente do período pré-capitalista, ainda com relações sociais e trabalhistas exploratórias, estas também se estendiam para o cenário industrial. Ao final da era Meiji, diversas correntes do pensamento socialista e reformista começam a ser tema de debate do movimento dos trabalhadores japoneses (Suzuki, 1991). Por este motivo, mesmo em um cenário não favorável ao socialismo, faz-se importante de ser considerada a influência do pensador econômico Karl Marx no Japão.

Os quatro períodos da história do Japão que serão abordados neste texto:

Era Tokugawa: período da história do Japão governado por xoguns da família Tokugawa no período de 1603 a 1868;

Era Meiji: período do reinado do imperador Meiji, entre os anos de 1868 e 1912;

Período Taishō: período do reinado do imperador Taishō, entre os anos 1912 e 1926;

Período Shōwa: período do reinado do imperador Shōwa entre os anos 1926 e 1989.

2 ADAM SMITH

Adam Smith iniciou sua formação acadêmica na Universidade de Glasgow em 1737, após concluir sua educação secundária em Kirkcaldy. Durante seus três anos lá, estudou uma variedade de disciplinas, incluindo os clássicos greco-romanos, Matemática, Teologia e Filosofia, conforme o currículo de Humanidades da época. No entanto, o aspecto mais significativo de sua educação foi a influência de Francis Hutcheson, renomado teórico protestante da Filosofia do Direito Natural e professor de Filosofia Moral em Glasgow. Foi nos cursos de Hutcheson, que abordavam questões éticas, legais e econômicas, que Smith começou a se interessar pelos problemas econômicos (Fritsch, 1996).

Em 1759, Adam Smith publica sua obra "Teoria dos Sentimentos Morais", marcando o início de sua reputação como um pensador de destaque. Este livro é parte de um projeto maior que incluiria "A Riqueza das Nações" sobre economia e política econômica, e um volume final sobre legislação e jurisprudência, que nunca foi publicado (Fritsch, 1996).

Já na França, Smith tem contato com os fisiocratas, em particular com Turgot, quem influenciou significativamente aspectos teóricos fundamentais de "A Riqueza das Nações", segundo Condorcet, com quem Smith manteve correspondência por um longo período após seu retorno à Grã-Bretanha (Fritsch, 1996).

Em "A Riqueza das Nações", a teoria econômica de Adam Smith é essencialmente uma teoria do crescimento econômico, definindo a riqueza das nações como seu produto anual per capita. Isso é determinado pela produtividade do trabalho "útil" ou "produtivo", que gera um excedente de valor sobre seu custo de reprodução, e pela relação entre o número de trabalhadores produtivos e a população total. O modelo de crescimento de Smith pode ser entendido como um processo de "causalidade circular cumulativa", onde o aumento da produtividade do trabalho leva ao crescimento do estoque de capital, aumentando o emprego produtivo e os salários, o que, por sua vez, expande os mercados e inicia uma espiral de crescimento (Fritsch, 1996).

Embora Adam Smith tenha delineado um modelo de crescimento econômico, isso não implica uma visão estritamente otimista do processo a longo prazo. Ele enfatizou que o crescimento depende de fatores institucionais, como garantias à propriedade e regimes legais de posse da terra, além de restrições comerciais. Smith

argumentou que, mesmo sob governos ideais, o crescimento não seria sustentável indefinidamente. Ele previu um eventual estado estacionário, no qual a acumulação de capital diminuiria devido à redução da taxa de lucro, à exaustão das oportunidades de investimento e ao crescimento dos salários resultante do aumento do estoque de capital (Fritsch, 1996).

A teoria do valor apresentada em "A Riqueza das Nações" tem implicações significativas para a formação de preços. Smith estabeleceu os fundamentos da teoria da dinâmica de mercado, demonstrando como o ajuste entre oferta e demanda ocorre através de variações no emprego dos fatores de produção, principalmente do capital, em resposta às variações nos preços. Ele também abandonou a análise tradicional do valor de troca baseada em demanda e escassez, em favor de um enfoque nos preços de mercado, lançando as bases para o enfoque clássico do valor baseado em custos de produção. Esse enfoque dominaria o pensamento econômico até a revolução marginalista-utilitarista um século depois (Fritsch, 1996).

A teoria do preço natural, apresentada em "A Riqueza das Nações", inclui a determinação dos níveis naturais de remuneração dos fatores de produção. Os salários são determinados pela interação entre investimento e população, enquanto os lucros são influenciados pelo tamanho do estoque de capital e pela taxa de juros. O livro aborda ainda os diferenciais de salários e lucros entre diferentes empregos, além da renda da terra, entendida como um excedente determinado pelo preço dos produtos agrícolas em relação aos níveis de salários e lucros. O capítulo final do Livro Primeiro inclui uma digressão empírica sobre as variações históricas do valor dos metais nos últimos quatro séculos (Fritsch, 1996).

Para entender a filosofia e o método subjacentes a "A Riqueza das Nações", é crucial examinar a formação intelectual diversificada de Adam Smith. Ele foi fortemente influenciado pelo jusnaturalismo, uma teologia racionalista que postula uma ordem natural divinamente ordenada, da qual derivam princípios morais e legais. No entanto, Smith divergiu do jusnaturalismo tradicional em duas frentes importantes. Primeiro, ele abandonou o método racionalista em favor de uma abordagem empiricista, baseada na ciência experimental e na indução de observações empíricas. Segundo, em sua obra "Teoria dos Sentimentos Morais", ele distanciou-se do altruísmo jusnaturalista, defendendo a moralidade do interesse próprio nas relações econômicas, argumentando que a busca individual pelo interesse pode resultar em benefícios sociais, uma ideia previamente expressa por Mandeville (Fritsch, 1996).

Estudiosos do século XIX identificaram o Das Adam Smith Problem, um conflito entre A Teoria dos Sentimentos Morais, que enfatiza a simpatia, e A Riqueza das Nações, que foca no auto-interesse. A visita de Smith à França (1764-1766) influenciou A Riqueza das Nações, mas não A Teoria dos Sentimentos Morais. Assim, A Riqueza das Nações deve ser entendida no contexto da economia política dos fisiocratas, especialmente de Quesnay (Nell, 1980).

Adam Smith tem sido objeto de estudo no Japão, embora a cultura ocidental tenha sido introduzida no país apenas na década de 1850 com advento da abertura de fronteiras. Apesar de uma tradução alemã de "A Riqueza das Nações" ter sido feita por mercadores holandeses antes desse período, foi somente nos anos 1863 a 1865, durante aulas ministradas em Linden, Países Baixos, que os japoneses Amane Nishi e Mamichi Tsuda, enviados pelo shogunato Tokugawa, receberam instruções sistemáticas em ciências sociais pelo professor Simon Vissering. Embora ele baseasse suas aulas em referências a Adam Smith sobre o aluguel da terra e arrecadação de impostos, não há registros de ele mencionar o nome de Smith em suas aulas. Suas notas foram deixadas na forma de seções numeradas de seu livro, que eram mais complexas para os japoneses traduzirem e compreenderem do que outras partes, devido à inexistência no Japão, sob o regime feudal, de conceitos como locação de terras e arrecadação de impostos. Durante a era Meiji, Smith era conhecido apenas como autor de "A Riqueza das Nações", sem que houvesse tentativas de compreender sua filosofia moral, princípios do iluminismo escocês (Mizuta, 2005).

O primeiro curso de "palestras em economia política" ministrado por um japonês, Yukichi Fukuzawa, fundador da Universidade de Keio e um dos principais pensadores do iluminismo japonês, foi baseado em obras como "Elementos da Economia Política" e "Os Elementos da Ciência Moral" de Francis Wayland. Fukuzawa via a sociedade civil como algo maior do que a "mão invisível" descrita por Adam Smith em "A Riqueza das Nações", e esses ensinamentos morais serviam como um substituto ao confucionismo feudal. Embora inicialmente tenha entendido a economia política de Smith principalmente em relação à divisão do trabalho, Fukuzawa mais tarde considerou o criticismo de Smith ao mercantilismo e ao monopólio, embora não tenha chegado a um consenso sobre se a ideia de livre mercado de Smith era superior ao protecionismo de Henry Charles Carey. Seu trabalho como jornalista e a tradução de "Economia Política para Iniciantes" de M.G. Fawcett contribuíram

significativamente para a disseminação do nome de Adam Smith como um economista liberal (Mizuta, 2005).

Fawcett apresentou Adam Smith como um crítico do mercantilismo de Thomas Mun e destacou suas ideias sobre divisão do trabalho, diferenças salariais e princípios de taxaço. Esses conceitos moldaram a imagem de Smith na mente dos intelectuais japoneses até antes da guerra Sino-Japonesa (1894-95), que também marcou o fim da revolução industrial japonesa (Mizuta, 2005).

De 1882 a 1888, Eisaku Ishikawa e Shosaku Saga, alunos de Fukuzawa, realizaram a primeira tradução completa de "A Riqueza das Nações", financiada por Ukichi Taguchi, um defensor mais radical do livre mercado que Fukuzawa. Em seu livro "A Economia do Japão no Livre Comércio" (1878), Taguchi explicou todas as atividades humanas pelo princípio do amor-próprio, defendendo a igualdade entre os indivíduos e criticando os comerciantes políticos que buscavam proteção especial do governo. Ele argumentou contra o protecionismo baseado na doutrina da economia nacional de Friedrich List, destacando que Adam Smith escreveu sobre a "Riqueza das Nações", não sobre a riqueza de uma nação, sugerindo que a economia deveria transcender as fronteiras nacionais (Mizuta, 2005).

Graças ao trabalho de Fukuzawa, Taguchi e outros jornalistas liberais, Adam Smith foi incluído em livros didáticos para escolas primárias, ao lado de James Watt, como dois escoceses famosos. Entretanto, a situação política no Japão mudou significativamente. O governo imperial adotou a Alemanha imperial como modelo político após a guerra franco-prussiana de 1871, buscando modernização constitucional e militar para competir com Grã-Bretanha e França. O consultor jurídico alemão Karl Friedrich Hermann Roesler foi contratado em 1878 para auxiliar na codificação da lei constitucional, promulgada em 1889. Em 1890, a Mensagem Imperial sobre Educação refletiu uma versão japonesa do confucionismo. Enquanto isso, o protecionismo ganhou destaque na política comercial e no jornalismo político, sendo visto como uma resposta natural para um país atrasado no comércio internacional na era do imperialismo. Nesse contexto, os defensores de Adam Smith adotaram uma postura mais defensiva (Mizuta, 2005).

Roesler, um revisor acadêmico de "O Capital" de Marx e pioneiro da escola ética alemã de economia política, criticou Adam Smith, afirmando que suas teorias eram essenciais para o socialismo. Em 1868, publicou "Sobre os ensinamentos básicos da teoria econômica fundada por Adam Smith", ampliando suas críticas na

edição de 1871. Durante sua estadia no Japão, promoveu os estudos alemães e ajudou a estabelecer a Sociedade para Estudos Alemães. Em uma palestra de 1885, alertou que o pensamento britânico, baseado no individualismo e amor-próprio de Adam Smith, era perigoso para o Japão. Os estudos alemães foram fortalecidos pela política educacional japonesa de enviar professores para a Alemanha, especialmente devido à discussão sobre política social e legislação fabril, útil para lidar com os problemas sociais da Revolução Industrial (Mizuta, 2005).

Em 1897, a Sociedade para Política Social foi fundada por professores que retornaram da Alemanha, buscando seguir o modelo de Bismarck e Wagner. Noburu Kanai, um desses professores, criticou a visão de Smith sobre o amor-próprio como o único motivo humano na economia, mas reconheceu "A Teoria dos Sentimentos Morais" como um contraponto. Embora Kanai visse uma contradição entre a economia política de Smith e sua filosofia moral, ele tinha uma visão geralmente favorável a Smith, considerando-o um cientista imparcial e consciente da abstração em sua teoria econômica. Em 1891, Tamotsu Shibue fez a primeira menção japonesa aos sentimentos morais de Smith, interpretando-os como uma resignação à situação dada. Nietzsche foi introduzido em 1898 como um oponente do individualismo, destacando a ascensão do super-homem em vez do homem comum (Mizuta, 2005).

Inoue (1890) argumentou que Adam Smith aprimorou fundamentalmente o utilitarismo, ao expor a teoria da compaixão, combinando o utilitarismo de David Hume com a teoria da consciência de Francis Hutcheson. Smith enfatizou a simpatia e a compaixão, sendo mais explícito do que Hume nesses aspectos.

A confusão entre simpatia e compaixão na citação de Inoue pode ser atribuída à complexidade do termo "Kyokan" (共感) no contexto japonês. Enquanto "Kyokan" pode ser traduzido tanto como simpatia quanto compaixão, no Japão, ele enfatiza particularmente os sentimentos "negativos" como tristeza e dor, promovendo o compartilhamento da dor dos outros como uma virtude. Isso reflete a visão de que a moralidade é inata à natureza humana e é frequentemente destacada em discussões educacionais, enfatizando a construção de uma comunidade emocionalmente harmoniosa. Assim, o conceito de "Kyokan" é fundamental na educação japonesa, onde os alunos são incentivados a desenvolver essa capacidade de compartilhar sentimentos em uma comunidade de harmonia emocional (Muramatsu, 2019).

A compreensão precisa da filosofia de Smith, pode ser posta em xeque por essa confusão. Enquanto Smith explica como nos tornamos individualistas através da

simpatia, no Japão, a ela é interpretada como compaixão e vista como base para construir uma comunidade fundada no sentimento comum. Portanto, seria um erro ler a teoria de Smith através da palavra japonesa "Kyokan" (共感). O que é crucial na filosofia de Smith não é apenas sentir simpatia pelos outros, mas moderar o egoísmo para ser socialmente reconhecido em nossas ações, permitindo que nossas ações recebam a simpatia dos outros. Esse processo é essencial para seguir o caminho do individualismo. Assim, o que devemos entender da filosofia de Smith é que esse processo de individualização é possibilitado pela análise precisa das circunstâncias em que ocorre, e a simpatia em si não é uma virtude a ser preconizada, mas uma condição da sociedade civil (Muramatsu, 2019).

Kawakami argumentou que o amor-próprio era um mal moral necessário para construir um sistema de economia política, independente da filosofia moral. No Iluminismo Escocês, três pensadores, incluindo Adam Smith e David Hume, tentaram construir sistemas de economia política pressupondo o egoísmo humano. Sir James Steuart, no entanto, não se preocupou com a ética, focando apenas em construir um sistema de economia política "praticável na nossa era degenerada". Kawakami, embora admitisse o amor-próprio, não conseguiu substituir a ética confucionista na qual foi criado. Ele estudou Ruskin, juntou-se a uma seita religiosa e mais tarde ao Partido Comunista, mas não conseguiu construir uma filosofia moral baseada no amor-próprio como fez Smith. O marxismo, que prevaleceu no Japão antes da Segunda Guerra Mundial, rejeitou o pensamento moral como um preconceito burguês. Kawakami foi atacado tanto pela direita como antinacional e desleal, quanto pela esquerda como o ópio do povo (Mizuta, 2005).

Mesmo em um ambiente adverso, "A Riqueza das Nações" continuou a ser estudada, especialmente após a supressão violenta do marxismo. Surpreendentemente, Smith e David Ricardo tornaram-se substitutos eficazes para Marx. Os marxistas recuantes encontraram refúgio no estudo da teoria do valor-trabalho de Smith, da teoria da reprodução e das teorias do valor e da taxa de lucro decrescente de Ricardo. Eles reinterpretaram a teoria da exploração de Marx à luz das teorias de valor e salário de seus predecessores, utilizando as "Teorias da Mais-Valia" de Marx como um guia. "A Riqueza das Nações" e os "Princípios de Economia Política e Tributação" de Ricardo foram permitidos como livros didáticos. Em 1938, um professor da Universidade Imperial de Tóquio foi preso como líder do movimento da

frente popular, mas foi autorizado a traduzir "A Riqueza das Nações" enquanto estava na prisão (Mizuta, 2005).

3 THOMAS MALTHUS

Aos dezoito anos, em 1784, Malthus entrou no Colégio de Jesus, na Universidade de Cambridge, onde estudou Matemática, Latim e Grego, além de receber formação sacerdotal. Graduou-se em 1788, obteve o título de Mestre em Artes em 1791 e tornou-se membro pesquisador da instituição em 1793. Em 1797, foi ordenado sacerdote da Igreja Anglicana, influenciando sua obra, especialmente o Ensaio Sobre a População (Galvêas, 1996).

Malthus é conhecido principalmente por seu Ensaio Sobre a População (1798), mas também é importante destacar seus Princípios de Economia Política (1820). Neste último, ele antecipou ideias que Keynes posteriormente desenvolveria em sua Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936), como a noção de "demanda efetiva". Malthus propôs a realização de obras públicas e outras medidas de política econômica para estimular essa demanda e evitar o declínio das atividades econômicas, preocupando-se com o desequilíbrio entre oferta e demanda agregada, tema central na argumentação de Keynes (Galvêas, 1996).

No Ensaio Sobre a População, Malthus revela seu posicionamento ideológico e pessimismo quanto à felicidade humana. Escrito durante a Revolução Industrial na Inglaterra, ele argumenta que o crescimento populacional superará a produção de alimentos, levando inevitavelmente à pobreza. Malthus cita os Estados Unidos como exemplo, onde a população dobraria a cada 25 anos devido à disponibilidade de recursos e às menores restrições ao casamento (Malthus, 1959).

Malthus acreditava que quando a população ultrapassasse a capacidade de alimentação, os salários diminuiriam e os preços dos alimentos aumentariam, levando à miséria. Isso desencorajaria o crescimento populacional, mas os baixos salários levariam mais pessoas a trabalhar na agricultura, aumentando a oferta de alimentos temporariamente. Malthus culpava a natureza humana pela pobreza, argumentando que os pobres tendem a procriar além do recomendado para uma vida confortável (Galvêas, 1996).

Embora algumas das ideias teóricas de Malthus, como a medida de valor baseada no trabalho, tenham sido substituídas pelos marginalistas, seus Princípios de Economia Política ainda são valorizados. Junto com os escritos de Adam Smith, Ricardo e Stuart Mill, eles formam a base do pensamento clássico econômico. Malthus contribuiu significativamente para a análise da produção, custos e teoria da

distribuição, conceitos que continuam a ser fundamentais na economia moderna, apesar dos aprimoramentos subsequentes (Galvêas, 1996).

Os escritos de Thomas Robert Malthus são um exemplo claro das flutuações na sua recepção, especialmente durante o período de grande controvérsia que geraram, antes da Primeira Guerra Mundial. Conhecido principalmente por suas ideias sobre população, acompanhadas por um conjunto de restrições éticas para a vida cotidiana, Malthus viu sua abordagem ser mal interpretada e distorcida durante sua vida, e, se tivesse vivido mais, teria testemunhado sua influência misturada com o darwinismo social, o neomalthusianismo e até mesmo a eugenia. Seus escritos, publicados há dois séculos, foram amplamente citados entre economistas e políticos durante o período entre guerras e continuam a ressurgir em discursos políticos contemporâneos, o que torna a análise da recepção de suas obras em diferentes países não apenas fascinante em termos de história do pensamento econômico, mas também uma contribuição valiosa para a compreensão dos debates atuais (Faccarello et. al. 2020).

O Ensaio sobre o Princípio da População teve um destino notavelmente diferente, atraindo uma atenção esmagadora dos comentaristas de Malthus, muito além daquela dedicada aos seus Princípios. Tanto em suas versões originais quanto em traduções, o livro foi amplamente debatido, provocando reações passionais e muitas vezes irracionais. Malthus foi alvo de numerosos mal-entendidos e acusações infundadas, chegando ao ponto de ser associado a práticas como infanticídio e esterilização forçada. Sua imagem foi amplamente distorcida pela famosa metáfora do "banquete poderoso da natureza", contribuindo para retratá-lo como frio, implacável e desumano (Garnier, 1853).

Alguns críticos da lei de Say não abordaram as crises econômicas separadamente do 'princípio da população', argumentando que este não explicava o pauperismo sozinho. Eles sugeriram que a pobreza e as crises eram consequências de uma organização defeituosa do sistema econômico. Muitos rejeitaram a visão de Malthus sobre a população, contrastando dois Malthus - o autor crítico dos Princípios e o Malthus negativo do Ensaio. Alguns apontaram que o princípio não era uma 'lei natural', mas sim uma lei social e histórica aplicável apenas a uma sociedade de mercado livre. Outros admitiram que o princípio também poderia representar uma ameaça para uma sociedade socialista, defendendo a implementação de políticas

neomalthusianas para estabelecer e manter tal organização social (Faccarello et. al. 2020).

Os trechos de "Principles of Population" de Malthus foram traduzidos em 1876 por Sadamasu ŌSHIMA, mas suas obras econômicas não foram traduzidas durante a era Meiji. Malthus foi principalmente reconhecido no Japão como um teórico da população, o que obscureceu sua identidade como economista político. Seus "Princípios de economia política" só foram traduzidos para o japonês no 9º ano do Shōwa (1934), possivelmente em homenagem ao centenário de sua morte (Takenaga, 2016).

Em 1936, o texto original em inglês de seus Princípios foi reimpresso. Keynes elogiou essa iniciativa em seu prefácio à edição japonesa, escrito no mesmo ano. Em 1915, a Sociedade de Jurisprudência da Universidade Imperial de Kyoto realizou um evento comemorativo pelo 150º aniversário do nascimento de Malthus, seguido por um número especial publicado pela revista Keizai Ronsō em 1916. Em 1934, no centenário de sua morte, o "Jornal da Universidade Imperial" de Tóquio publicou uma coluna especial, na qual quatro economistas contribuíram com artigos, destacando a relevância de Malthus em relação aos problemas decorrentes da modernização do Japão, como população, pobreza e protecionismo no comércio internacional. Malthus era considerado mais relevante que Ricardo para os desafios enfrentados pelo Japão naquela época (Takenaga, 2016).

O trabalho de Malthus portanto possui grande relevância no Japão, pois o país possui uma densidade demográfica incomum para uma nação insular. No século XVII, o Japão estava extremamente densamente povoado. Quando Engelbert Kaempfer o visitou, encontrou "O país é populoso além da expressão, e mal se poderia pensar ser possível, que não sendo maior do que é, ainda assim mantivesse e suportasse um número tão vasto de habitantes." Ele encontrou muitas cidades e cidades grandes "cuja principal pode rivalizar com as mais consideráveis do mundo em tamanho, magnificência e número de habitantes." A capital, "Jedo", mais tarde Tóquio, "é tão grande, que posso arriscar dizer que é a maior cidade conhecida" (Kaempfer, 1906: 306, 307). Ele estava certo, pois, com uma população de cerca de um milhão, era a maior cidade da Terra. Não é surpreendente que historiadores demográficos japoneses tenham detectado uma influência negativa semelhante no Japão. Akira Hayami argumenta que "Devido à alta taxa de mortalidade nas cidades, que fervilhavam de trabalhadores que haviam migrado do campo deprimido, as regiões de

Kanto e Kinki (que incluíam Edo, Kyoto e Osaka) estavam sujeitas à função de feedback negativo e suas populações estagnaram" (Jansen, 1988, p. 293). A tese parece ter sido aceita por Susan Hanley e Kozo Yamamura:

"Enquanto as evidências estão apenas começando a aparecer, o que temos confirma a hipótese de Hayami - e de E.A.Wrigley com relação à Europa pré-moderna - de que as cidades drenavam o campo circundante de população, criando assim taxas de crescimento negativas nas áreas imediatamente circundantes às cidades (Hanley, 1977, p. 304, tradução nossa)."

Até a década de 1960, a historiografia japonesa seguia uma perspectiva malthusiana, centrada no regime de mortalidade. Tanto Malthus quanto Irene Taeuber viram o padrão demográfico japonês como semelhante ao da China, com a população controlada por guerra, fome e doenças (Macfarlane, 2003).

O padrão geral de população no Japão merece uma análise mais detalhada. Estimativas sugerem que a população em 645 d.C. era de 3 a 5,5 milhões de pessoas, superando as populações europeias da época. Entre os séculos VIII e XI, o Japão enfrentou crises malthusianas, com fome e epidemias. As estimativas da população variam, com W. Wayne Farris sugerindo taxas de fertilidade e mortalidade muito altas, embora haja inconsistências nos dados. Sawada Goichi estimou a população em 6 milhões no século VIII. A população flutuou consideravelmente, estimada em cerca de 9.750.000 em 1185–1333 e possivelmente entre 10 e 18 milhões no início do século XVII (Farris, 1985).

Em relação à guerra, Kaempfer observou que o Japão estava protegido da ameaça de invasão estrangeira por mar devido às condições perigosas de navegação, com mares agitados, rochas e baixios. A entrada estreita do porto de Nagasaki era o único lugar adequado para abrigar navios de grande porte. Essa proteção natural levava Kaempfer a concluir que o Japão tinha menos a temer de inimigos estrangeiros e que invasões eram raras e nunca bem-sucedidas (Kaempfer, 1906). Thunberg também destacou a improbabilidade de guerras estrangeiras e distúrbios internos no Japão, enfatizando sua valentia e independência (Thunberg, 1793).

Kaempfer retratava o Japão como uma sociedade guerreira, o que intrigava Malthus sobre como um país descrito como próspero ainda controlava sua população. Os relatos de Kaempfer mostravam guerras frequentes e tumultos internos, contrastando com a China. No entanto, ao longo dos mil anos até 1900, a solução proposta por Malthus não se adequava à história japonesa (Malthus, 1803).

Malthus expressou perplexidade ao confrontar as evidências sobre o Japão, notando a dificuldade de rastrear os controles populacionais em um país descrito como feliz e abundante por Thunberg. No entanto, ele reconheceu evidências suficientes, especialmente nas crônicas citadas por Kaempfer, para concluir que, em comparação com a China, os controles populacionais por meio de doenças e fome pareciam estar quase no mesmo nível nos dois países (Malthus, 1982).

A questão das fomes no Japão é controversa entre os historiadores, com estimativas divergentes sobre sua gravidade. Embora pouco tenha sido escrito sobre o assunto até 1700, é claro que o país sofreu com fomes periódicas regionais e algumas nacionais entre os séculos VIII e XVII. Kaempfer mencionou várias grandes fomes registradas nas crônicas japonesas, e houve outras ocasiões marcadas por inundações ou secas severas que podem ter levado à escassez de alimentos. A Grande Fome de 1230, por exemplo, é relatada ter matado um terço da população (Kaempfer, 1906).

O terceiro flagelo malthusiano era a doença, que representava uma ameaça à humanidade devido ao rápido aumento populacional. O aumento da densidade populacional poderia resultar no surgimento de novas doenças e no aumento do perigo das já existentes. Nem o conhecimento médico formal nem a tecnologia ofereciam soluções para esse problema (Macfarlane, 2003). Embora haja muito ainda desconhecido, concorda-se geralmente com a afirmação de Jannetta de que "parece provável que o Japão tivesse uma mortalidade mais baixa por doenças entéricas do que outras sociedades pré-modernas" (Jannetta, 1986).

4 DAVID RICARDO

David Ricardo nasceu em Londres em 18 de abril de 1772, filho de um comerciante judeu abastado que emigrou da Holanda. Cresceu no ambiente dos negócios, tornou-se operador da bolsa de valores de Londres e, ainda jovem, já possuía uma considerável fortuna. Ricardo viveu em uma época marcada pela Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, que trouxe avanços tecnológicos e transformações sociais profundas. Inovações como o tear mecânico, a tecnologia a vapor, estradas de ferro, mineração e siderurgia centralizaram a produção nas fábricas modernas, mudando o equilíbrio entre campo e cidade (Holanda, 1996).

O processo de cercamento no campo (enclosures) forçou os camponeses a migrarem para os centros urbanos em busca de trabalho, frequentemente em condições precárias. A nova fase do capitalismo inglês trouxe ciclos econômicos e crises que aumentavam o desemprego e as dificuldades das massas urbanas, gerando revoltas e agitação social. Na época de Ricardo, um grande tema em debate era a miséria e o aumento da mortalidade entre as classes trabalhadoras da Inglaterra (Holanda, 1996).

David Ricardo fez uma contribuição duradoura ao debate econômico ao interpretar as causas da inflação. Enquanto Thomas Malthus atribuía a inflação ao aumento dos preços dos cereais devido às guerras, Ricardo argumentou que a verdadeira causa era o excesso de emissão de notas pelo Tesouro inglês. Ele propôs que, para restabelecer a paridade, o excesso de papel-moeda deveria ser retirado em proporção à elevação dos preços. Essa ideia formulava uma das primeiras versões da Teoria Quantitativa da Moeda, que relaciona o nível geral de preços à quantidade de bens e serviços transacionados e à quantidade de moeda em circulação. As conclusões de Ricardo, expostas em "Propostas para um Numerário Seguro" de 1810, influenciaram o Bullion Committee, que recomendou a volta da conversibilidade da moeda em 1821 (Holanda, 1996).

Outro debate importante em que Ricardo participou resultou na redação dos "Princípios de Economia Política e Tributação". A discussão girava em torno das "Corn Laws", leis que sobretaxavam cereais importados para proteger os produtores domésticos, mas que aumentavam os preços dos alimentos básicos dos trabalhadores. Isso criou uma disputa entre industriais e populações urbanas, de um lado, e produtores agrícolas e proprietários de terras, de outro. Ricardo, defendendo

os interesses industriais, criticou essas leis em seu texto de 1815, "Um Ensaio Sobre a Influência do Baixo Preço do Trigo Sobre os Lucros do Capital". Ele argumentou que proteger produtores ineficientes aumentava a renda da terra e os salários, reduzindo os lucros e, conseqüentemente, a acumulação e o crescimento econômico (Holanda, 1996).

Embora sua argumentação lógica não tenha convencido todos os opositores, ela reforçou sua notoriedade e o aproximou de economistas importantes como James Mill e Malthus, que o incentivaram a escrever uma obra abrangendo todo o seu pensamento econômico. Essa obra, uma reelaboração de seu ensaio sobre as "Corn Laws", tornou-se os "Princípios", a primeira grande sistematização teórica em economia desde "A Riqueza das Nações" de Adam Smith (Holanda, 1996).

No prefácio de "Princípios", Ricardo identifica o problema central da economia política: determinar as leis que regem a distribuição do produto total da terra entre as três classes envolvidas — os proprietários da terra, os capitalistas que fornecem o capital necessário para o cultivo e os trabalhadores que realizam o trabalho agrícola (Holanda, 1996).

O problema central de Ricardo diferia do de Adam Smith em "A Riqueza das Nações". Para Smith, a questão principal era investigar as causas do crescimento das nações, que impulsionavam a acumulação de capital. Para Ricardo, a acumulação era simples, determinada pela manutenção das taxas de lucros necessárias para garantir a reinversão. O foco de Ricardo estava na distribuição do produto total entre três categorias: proprietários da terra, capitalistas e trabalhadores. Os lucros eram considerados resíduos, formados após a dedução dos custos de produção, incluindo salários e a renda da terra. A questão crucial era entender como se dava essa distribuição (Holanda, 1996).

Segundo Ricardo, conforme terras menos férteis fossem cultivadas, a renda da economia diminuiria, já que a produção das terras mais férteis teria sua renda igualada à das menos férteis. Os salários cresceriam nominalmente, mas cairiam em termos reais. Ricardo viu um conflito distributivo no capitalismo, visão que seria aprimorada por Karl Marx (Garaudy, 1967).

Quando o assunto é David Ricardo, nenhum dos seus trabalhos foi traduzido para o japonês durante a era Meiji, mas isso não implica que a presença de Ricardo na história da economia política inglesa tenha permanecido desconhecida no Japão da era Meiji (Takenaga, 2016).

Na década de 1960, a teoria da renda da terra de Ricardo era o tópico preferido de apresentação fragmentada na literatura econômica japonesa. Isso pode ser atribuído ao contexto histórico do rápido processo de modernização do Japão após a restauração Meiji, onde a maioria da população ativa ainda trabalhava como camponeses sob um regime de proprietários de terra estabelecido pela reforma do imposto territorial de 1873. No entanto, à medida que a economia capitalista se desenvolvia plenamente no Japão no virar do século, o foco das questões sociais mudava das relações entre proprietário de terra e camponês para aquelas entre capital e trabalho assalariado. Isso resultou em uma mudança de atenção da teoria da renda da terra para a teoria dos salários no pensamento econômico de Ricardo (Mazane, 1962).

Durante a primeira metade da era Meiji, as obras de Ricardo não foram traduzidas para o japonês, ao contrário de certos textos originais da economia política clássica inglesa. Isso está relacionado à posição internacional do Japão, que estava se modernizando rapidamente para alcançar os países ocidentais. Enquanto Ricardo focava no capital industrial como o interesse geral da sociedade na Inglaterra, essa teoria econômica não era relevante para a ampla massa de leitores japoneses, incluindo políticos e empresários enfrentando problemas diferentes. Em contraste, A Riqueza das Nações de Smith oferecia uma abordagem mais aplicável aos líderes japoneses, alinhada com seus objetivos de modernização. Isso resultou em traduções frequentes e populares de A Riqueza das Nações, embora com títulos que falhavam em transmitir sua mensagem original (Takenaga, 2016).

A economia ocidental, incluindo Ricardo, foi introduzida seletivamente no Japão na era Meiji de acordo com as preocupações daqueles para quem estava destinada, e os escritos de Ricardo tinham pouca chance de serem aceitos nesse contexto. No máximo, sua teoria era apresentada de forma indireta e fragmentária em comentários ou livros didáticos baseados em literatura secundária ocidental (Takenaga, 2016).

Durante a era Taishō, o pensamento de Ricardo chegou ao Japão através de duas rotas intelectuais distintas, com dois aspectos diferentes, embora houvesse alguma interação entre eles. Para os intelectuais educados na Alemanha e influenciados pelo marxismo, a teoria econômica de Ricardo era examinada em relação à teoria da economia capitalista de Marx, considerando Ricardo como uma origem ou uma sombra da teoria de Marx. Por outro lado, para os economistas das

universidades privadas com uma tradição liberal, como Waseda e Keiō, a economia liberal anglo-americana desde Adam Smith, incluindo Ricardo, manteve sua importância. Aqui, Ricardo foi estudado principalmente no contexto histórico posterior da economia inglesa, em relação a J.S. Mill e Marshall. Embora essas abordagens fossem distintas, havia alguma interação entre elas (Takenaga, 2016).

A introdução de Ricardo no Japão foi consideravelmente tardia em comparação com outras figuras da economia política clássica inglesa ou seus seguidores na América do século XIX. Além disso, Ricardo recebeu muito menos atenção dos economistas japoneses do que Smith e Malthus ao longo da história da pesquisa econômica no Japão (Takenaga, 2016).

No Boletim Anual da Sociedade para a História do Pensamento Econômico, publicado em 1972, no bicentenário do nascimento de Ricardo, Kōji Nakamura, Tadashi Hayasaka e Tsuneo Hori contribuíram com pesquisas sobre Ricardo. Embora o número 10 do Boletim não tenha sido uma edição comemorativa, os artigos sobre Ricardo e o tema principal da Conferência Anual, o "Simpósio Ricardo", foram escolhidos naturalmente para comemorar o bicentenário de Ricardo. Essa foi a primeira empreitada comemorativa desde a era Meiji na história do pensamento econômico no Japão (Takenaga, 2016).

Durante o período entre guerras, os estudos sobre Ricardo no Japão foram influenciados pela rápida penetração da influência de Marx nos círculos acadêmicos japoneses. O tratamento de Marx sobre Ricardo influenciou amplamente a importância atribuída pelos estudiosos de Ricardo a problemas específicos em sua teoria. As análises detalhadas de Marx das teorias de valor, lucro e renda da terra de Ricardo, presentes em "Teorias do Excedente de Valor", foram tomadas como critérios para avaliação positiva ou crítica dessas teorias. A teoria dos salários de Ricardo também foi estudada em relação à teoria do excedente de valor de Marx, determinando seu lugar na história da teoria econômica de acordo com sua proximidade com Marx. Marx, no entanto, negligenciou muitas das obras de Ricardo, como suas teorias sobre dinheiro, comércio internacional e impostos, possivelmente devido ao plano restrito de sua "Crítica da Economia Política" (Takenaga, 2016).

Os estudos sobre Ricardo, especialmente nos anos 1920 e após a Segunda Guerra Mundial, foram amplamente focados na 'teoria do valor e da distribuição', influenciados pelo tratamento dado por Marx. Pouca atenção foi dada à teoria do dinheiro e das finanças, com trabalhos que destacavam principalmente a

inconsistência entre a teoria quantitativa do dinheiro de Ricardo e sua teoria do valor em "Alto Preço" (Suenaga, 1934). Embora uma tradução japonesa de qualidade dos principais escritos monetários de Ricardo tenha sido feita em 1931, nenhum estudo subsequente abordou de forma abrangente sua teoria do dinheiro. Isso contrasta com a situação durante a era Meiji, quando as teorias de comércio internacional e dinheiro e finanças eram temas populares. Após 1920, houve alguns estudos em outros campos, mas não houve uma pesquisa sistemática para situar Ricardo na história do pensamento econômico (Mazane, 1965). A abordagem de Koizumi foi única, abordando uma variedade de temas além da 'teoria do valor e da distribuição' em seus trabalhos (Takenaga, 2016).

Fukuda contribuiu com os principais artigos relativos a Ricardo antes da Primeira Guerra Mundial, antecipando as pesquisas realizadas após 1920. Por outro lado, Hori começou seus estudos em 1920 e continuou-os por um tempo considerável após a Segunda Guerra Mundial. É razoável agrupar suas obras como produtos do período entre guerras. Além disso, Fukuda, Kawakami e Koizumi estiveram envolvidos em uma variedade de atividades que deixaram um impacto duradouro, mesmo décadas após suas mortes. Suas contribuições continuam sendo objeto de estudo e publicação até hoje (Takenaga, 2016).

É possível realizar uma conexão entre as teorias econômicas de Ricardo e Marx, enfatizando sua origem judaica comum. Fukuda tentou relacionar as ideias de livre comércio e renda da terra de Ricardo com sua herança judaica. No entanto, para os leitores japoneses, a questão judaica era estranha, e ele abordou isso de forma semelhante. Ele sugeriu que a teoria de renda da terra de Ricardo tinha implicações socialistas, contrastando com a interpretação de Kawakami de que Ricardo defendia os interesses dos proprietários de terras. Fukuda via uma progressão entre Ricardo e Marx, com Marx levando adiante as críticas de Ricardo à propriedade da terra (Fukuda, 1908).

Há uma oposição entre Malthus e Ricardo na teoria do valor, que permaneceu sem solução por um século. Fukuda comparou as edições dos textos originais de Malthus e Ricardo com rigor, argumentando que Ricardo se aproximou da teoria do valor do custo de produção de J.S. Mill. Ele aceitou a interpretação de Marshall sobre Ricardo e observou as diferenças entre as edições dos Princípios de Ricardo e as obras de Malthus. Fukuda discutiu a evolução da teoria do valor do custo e da teoria da utilidade como antítese, destacando as diferenças na recepção de Ricardo e

Malthus como economistas. Ele elogiou os argumentos de Marshall para integrar a teoria da utilidade e do custo, mas manteve-se crítico em relação à doutrina eclética, rejeitando tanto a solução reconciliatória quanto a teoria da utilidade, e questionou como o problema deveria ser abordado (Fukuda, 1912).

Fukuda adota uma abordagem diferente da recepção de Ricardo na era Meiji, centrando-se no núcleo de sua obra principal como um sistema de teorias. Ele identifica o cerne dos Princípios de Ricardo na questão da distribuição como a aplicação do princípio fundamental do valor. Segundo Fukuda, o valor é exclusivamente determinado no processo de produção, independente da distribuição, indo além da simples determinação do valor pela quantidade de trabalho. Ele destaca a inadequação de abordagens unilaterais da teoria da renda da terra, frequentemente separada da teoria econômica como um todo. Fukuda produz resultados pioneiros sobre o caráter fundamental da economia de Ricardo, influenciando a história do pensamento econômico durante a transição de Meiji para Taishō, devido à sua ampla leitura na literatura econômica ocidental e ao seu excelente conhecimento sobre as tendências econômicas de longo prazo (Fukuda, 1913).

Embora Ricardo atribuísse grande importância à produção na determinação do valor, sua teoria da produção em si era simples e clara, carecendo de conteúdo substancial para discussão detalhada. Isso levou a mal-entendidos sobre a relevância da produção em sua teoria. Para Fukuda, o cerne da economia de Ricardo reside na aplicação do princípio básico de valor no processo de distribuição e troca, destacando que a economia de Ricardo é essencialmente um estudo da operação desse princípio (Fukuda, 1913).

Hori aborda questões como a relação entre a teoria dos salários de Ricardo e a lei de ferro dos salários, além das diferenças entre Malthus e Ricardo. Este capítulo, modificado e ampliado do original publicado em 1938, destaca-se por sua abordagem de pesquisa em vez de apenas comentário, ocupando um espaço considerável no livro. Isso reflete o foco de Hori nos estudos de salários e valor ao longo de sua carreira, desde sua primeira monografia sobre Ricardo (Hori, 1958).

Ricardo, seguindo Smith, acreditava que o preço de mercado das mercadorias converge a longo prazo para o preço natural, garantindo um lucro igual para cada indústria. No entanto, ele diferenciava o trabalho como uma mercadoria especial, percebendo que os salários naturais não são uma norma fixa, mas variam com as condições da sociedade. Isso é evidenciado pela separação do texto sobre a relação

entre o preço natural e o preço de mercado do capítulo sobre salários em sua obra "Princípios", sugerindo uma distinção na abordagem de Ricardo em relação ao trabalho em comparação com outras mercadorias (Hori, 1958).

Ricardo considerava que o nível de salários naturais era determinado pelos preços dos bens essenciais para a subsistência dos trabalhadores, com destaque para alimentos básicos como pão ou milho. Ele negligenciava a influência de bens de conveniência e luxo nesse aspecto. Para Ricardo, o preço natural representava não apenas o ponto central, mas principalmente o limite inferior para os salários de mercado, indicando o mínimo que os salários poderiam atingir por um período prolongado. Essa interpretação de Hori destaca a robustez da teoria ricardiana sobre salários naturais na economia política clássica (Hori, 1958).

As flutuações nos salários são causadas pela demanda por trabalho, que está diretamente relacionada à quantidade de capital. No entanto, há uma ambiguidade em sua abordagem: enquanto em um capítulo posterior ele afirma que a demanda por trabalho depende apenas do capital circulante, em outro capítulo ele sustenta que o montante total de capital investido determina essa demanda. Hori destacou essa inconsistência na visão de Ricardo, sugerindo que o próprio Ricardo talvez não tenha percebido essa discrepância em seus escritos (Hori, 1958).

A teoria dos salários de Ricardo difere da teoria do fundo salarial, apesar de ambas estarem relacionadas ao aumento de capital e salários. Hori destacou essa distinção, negando que a teoria de Ricardo se assemelhe à do fundo salarial, enquanto reconhece sua coincidência com a lei de ferro dos salários de Lassalle. Ricardo esperava que um aumento nos salários de mercado levasse a um aumento no consumo de alimentos, resultando em mais trabalhadores e, eventualmente, levando os salários de mercado de volta aos níveis naturais. Ele expressou esperança de que os trabalhadores pudessem elevar seus padrões de vida, aumentando assim os salários naturais, embora fosse pessimista quanto ao impacto do princípio da população de Malthus. Ricardo preferia incentivar os trabalhadores a melhorarem seus padrões de vida, em vez de controlar sua população, demonstrando uma visão mais flexível na aplicação do princípio da população aos movimentos salariais (Hori, 1958).

Em relação à teoria de renda de Ricardo, o termo "aluguel" tem um significado específico na economia. Enquanto salários, juros e lucros empresariais são elementos comuns da teoria econômica da distribuição, o aluguel é tratado de forma distinta.

Ricardo definiu o aluguel de uma maneira única, estabelecendo-o como parte essencial da teoria de distribuição. Isso levou a duas tendências divergentes na abordagem do aluguel na teoria econômica: tratá-lo de forma similar a salários, juros e lucros, ou considerá-lo como uma palavra comum. A questão do aluguel é considerada crucial para o avanço da teoria econômica, e qualquer progresso na disciplina deve começar pela teoria do aluguel (Fukuda, 2016).

O relato convencional da produção de riqueza antes da distribuição envolve quatro agentes: senhorio, capitalista, trabalhador e empreendedor. Cada um recebe uma parte da riqueza produzida: aluguel, juros, salário e lucro empresarial, respectivamente. Enquanto alguns economistas americanos defendem tratar os outros três agentes da mesma forma que o aluguel, opositores austríacos, como Böhm-Bawerk, discordam. Isso gerou um debate significativo entre Clark e Böhm-Bawerk. Muitos estudiosos ingleses e franceses continuam seguindo a doutrina convencional, apesar do conflito com uma facção de socialistas, liderados por Marx, que a atacam (Fukuda, 2016).

O conflito entre Marx e Ricardo surgiu quando Marx integrou a teoria do aluguel em sua doutrina econômica, tornando Ricardo seu adversário. Ambos eram judeus, uma raça muitas vezes humilhada, mas economicamente poderosa na Europa. Há uma diferença fundamental entre a Inglaterra no tempo de Ricardo e hoje, com o livre comércio predominando atualmente. No entanto, Ricardo, um judeu com uma vida cosmopolita, defendia o livre comércio em oposição ao protecionismo predominante na época. Sua teoria do aluguel, oposta ao proprietário de terras, argumentava que o aluguel não era parte do custo de produção, ao contrário de salários, juros e lucro empresarial. A proibição da importação de milho leva a mais produção doméstica, aumentando a demanda por terra e enriquecendo os proprietários de terras. Marx estendeu essa ideia, argumentando que os proprietários de terras são inimigos do progresso social, o que se reflete em sua própria teoria. A extensão da doutrina de Ricardo por Marx inevitavelmente leva a uma conclusão socialista sobre a teoria do aluguel. Ricardo não desenvolveu sua doutrina até esse ponto, explicando a subsequente aparição de Marx após sua morte (Fukuda, 2016).

Malthus e Ricardo discordavam sobre se o valor das mercadorias era determinado pelo trabalho despendido ou pelo trabalho comandado. Este debate, iniciado por Adam Smith, continua até hoje e parece ter se tornado mais complexo. Malthus criticou Smith por usar inconsistentemente o trabalho como medida de valor,

enquanto Ricardo enfatizava o trabalho comandado como a principal medida. A questão de se o trabalho pode ser uma medida de valor, quando aplicado como trabalho despendido, ainda é debatida (Fukuda, 2016).

Malthus, embora tenha sido um professor de Economia Política no East India College, não teve o mesmo apoio de discípulos que Ricardo, que era originalmente um agente de bolsa e contava com o apoio de McCulloch e, mais tarde, de John Stuart Mill. Isso se deve em parte às mudanças frequentes nas opiniões de Malthus, especialmente em sua teoria da população e do valor. Enquanto a doutrina clara de Ricardo foi amplamente aceita, Malthus enfrentou dificuldades de compreensão e foi em grande parte ignorado. Sua fama veio principalmente de sua teoria da população, ofuscando suas contribuições para a teoria do valor. Casos como esse são comuns na disciplina, mas é difícil avaliar seu impacto global (Fukuda, 2016).

5 KARL MARX

Durante seu curso de Direito, iniciado na Universidade de Bonn e continuado na de Berlim, Karl Marx encontrou um ambiente cultural e político vibrante. Hegel era a principal influência ideológica, mas os Jovens Hegelianos, um grupo de seus seguidores, interpretavam sua doutrina de forma liberal e democrática, contrariando os aspectos conservadores e a exaltação do Estado presentes no sistema de Hegel. Marx se envolveu com os Jovens Hegelianos, o que o direcionou ao estudo da filosofia clássica alemã e da filosofia em geral, marcando profundamente sua produção intelectual (Gorender, 1996).

A partir de 1844, Marx direcionou seu foco intelectual ao estudo dos economistas, influenciado pelos ricardianos de esquerda. Esses economistas, como Hodgskin, Ravenstone, Thompson, Bray e Edmonds, apresentaram a Marx uma interpretação socialista de Ricardo. Assim como Feuerbach facilitou a transição de Marx para uma leitura materialista de Hegel e para a elaboração da dialética materialista, esses ricardianos abriram caminho para a leitura socialista de Ricardo. Este estudo foi fundamental para a formação da Economia Política marxiana, baseada no princípio ontológico do materialismo histórico e na fundamentação científica do socialismo (Gorender, 1996).

Baseando-se na teoria de Ricardo interpretada pelos socialistas, Marx propôs uma tática de reivindicações salariais para o movimento operário. Ele expôs essas ideias em conferências realizadas entre 1847 e 1848, posteriormente publicadas no folheto intitulado Trabalho Assalariado e Capital (Gorender, 1996).

Em janeiro de 1866, Marx já havia esboçado todo o arcabouço das teses que se tornariam conhecidas nos três volumes de O Capital. Desde o primeiro capítulo sobre a mercadoria até a teoria da renda da terra, ele delineou as teorias da mais-valia, acumulação de capital, exército industrial de reserva, circulação e reprodução do capital, transformação do valor em preço de produção, queda tendencial da taxa média de lucro, ciclos econômicos e distribuição da mais-valia em lucro industrial, lucro comercial, juro e renda da terra. Esses temas, originalmente planejados para volumes separados, seriam tratados em uma única obra, O Capital, que incluiria também o trabalho assalariado e a propriedade territorial. Os temas do Estado, comércio internacional, mercado mundial e crises, inicialmente planejados para livros separados, foram adiados. A nova obra seria intitulada O Capital, com a repetida

"Crítica da Economia Política" como subtítulo. Além disso, Marx já havia escrito comentários e dissertações extensas para o livro projetado sobre a história das doutrinas econômicas. Com isso, ele estava pronto para iniciar a redação final, possuindo um conjunto teórico completo que ele esperava formar um "todo artístico" (Gorender, 1996).

O Capital é indiscutivelmente uma obra de Economia Política. No entanto, sua amplitude conceitual transcende os melhores clássicos burgueses e contrasta com a estrita especialização defendida pelo marginalismo na análise econômica. O Capital é uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, visando o estudo multifacetado de uma formação social específica. Isso envolve a união da Economia Política com a Sociologia, Historiografia, Demografia, Geografia Econômica e Antropologia. A tese central de que o modo de produção capitalista possui uma existência histórica, nascida de condições específicas resultantes do desenvolvimento social e que eventualmente dará origem a condições para sua própria substituição por um novo modo de produção, demanda uma abordagem histórica. Isso implica a utilização de métodos típicos da Historiografia. Além da Historiografia econômica, que inclui análises sobre o desenvolvimento das forças produtivas, estudos sobre tecnologia, comércio, crédito, formas de propriedade territorial e a origem da renda da terra, destaca-se também a história da formação da classe operária moderna (Gorender, 1996).

O plano da estrutura de O Capital foi extensivamente elaborado e passou por modificações à medida que Marx aprofundava seu domínio sobre o assunto. O resultado é uma arquitetura imponente, cheia de sutilezas que podem escapar à primeira vista e que têm sido objeto de estudo por abordagens especializadas. Segundo Marx, o "capital em geral" é a essência do capital, identificando-o como tal em qualquer circunstância. No Livro Primeiro, o foco está na relação direta do capital com a exploração da força de trabalho assalariada, com destaque para o processo de criação e acumulação da mais-valia, principalmente nas fábricas (Gorender, 1996).

Utilizando o materialismo histórico, Marx previu que o capitalismo, como sistemas socioeconômicos anteriores, geraria tensões internas que levariam à sua autodestruição e substituição pelo socialismo. Os antagonismos de classe no capitalismo, devido à sua instabilidade e crises, desenvolveriam a consciência de classe dos trabalhadores, resultando na conquista do poder político e, eventualmente,

no estabelecimento de uma sociedade comunista sem classes, formada por uma livre associação de produtores (Marx, 1970).

Quando o Japão iniciou sua transição para o desenvolvimento capitalista após 1871, substituindo o regime feudal Tokugawa pelo governo moderno Meiji, a tradução desempenhou um papel crucial nessa modernização em todas as esferas do conhecimento científico e cultural. Durante essa época de rivalidade imperialista, o Japão procurou evitar a dominação imperialista ocidental, tornando-se uma potência imperialista por si só. As bases intelectuais para sua modernização interna e colonização externa foram parcialmente fundamentadas em teorias eurocêntricas de racismo, darwinismo social e estágios históricos, derivadas da tradução e interpretação de obras de Herbert Spencer, John Stuart Mill, Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith. Além disso, as primeiras traduções dos escritos de Karl Marx também surgiram durante este período de prosperidade do capitalismo japonês (Yang, 2020).

O socialismo japonês inicial foi marcado por uma energia social radical incipiente e vigorosa, surgida nos estágios iniciais da acumulação primária. Durante esse período, houve expropriação de terras camponesas através da política de reforma tributária conhecida como chiso kaisei, e a integração de espaços sagrados comuns pelo estado em apoio ao xintoísmo estatal centrado no imperador. Figuras proeminentes como Abe Isō, Ikuta Chōkō, Takabatake Motoyuki e Kawakami Hajime, todas influentes no socialismo japonês inicial, passaram por rápidas conversões ideológicas e políticas que abrangeram o cristianismo, o liberalismo, o marxismo e o anarquismo. Por exemplo, Takabatake, conhecido por sua tradução de obras de Karl Marx, concluiu com uma posição de direita no socialismo nacional patriótico. Sakai Toshihiko e Kōtoku Shūsui, fundadores do Jornal dos Comuns, também contribuíram significativamente para esse período. O Jornal dos Comuns publicou a primeira tradução abreviada em japonês do Manifesto Comunista, enfatizando sua relevância para a sociedade japonesa em meio à luta pela terra e à exploração industrial do trabalho. Apesar da falta de sofisticação linguística e teórica, os socialistas japoneses iniciais compensaram com um ativismo revolucionário prático, que, embora efêmero, foi marcado pela criatividade e hibridismo, antes de ser reprimido pela violência estatal, como evidenciado pela execução de Kōtoku em 1911 (Yang, 2020).

O movimento socialista inicial no Japão durante a era Meiji baseou-se "na democracia legal parlamentar que era predominante no movimento socialista internacional da época, assim como nas tendências do humanitarismo cristão"

(Arahata 1948, p. 99-100, tradução nossa). Na década de 1890, os socialistas japoneses criticaram a economia liberal britânica e sua ênfase na livre competição, predominante na era Meiji. Influenciados pelo humanitarismo dos socialistas cristãos e por um compromisso de lealdade superior, rejeitaram o capitalismo, especialmente quando praticado por um regime que priorizava os interesses do Estado em detrimento de vastas porções da população sujeitas a uma competição cruel. Esses socialistas da era Meiji buscavam eliminar as disparidades entre ricos e pobres, impulsionados por um forte idealismo ético diante dos novos desafios sociais gerados pela rápida industrialização (Takeuchi, 1965; Matsuzawa, 1973).

Nos anos 1920 e 1930, o marxismo se tornou altamente atrativo para estudantes e intelectuais no Japão, apesar da repressão severa. Tanto localmente quanto universalmente, havia uma forte adesão a esse sistema de ciências sociais. No Japão, isso se deveu em parte à conscientização crítica sobre o atraso da sociedade japonesa sob o regime imperial e militarista. Condições como a servidão dos camponeses, a exploração dos proprietários de terras ausentes e o clima desfavorável, especialmente no nordeste de Honshu, levaram a um profundo descontentamento. A falha das colheitas muitas vezes resultava na venda de filhas dos camponeses para a prostituição. A ideia de uma mudança revolucionária na sociedade, conforme proposta pela teoria marxista-leninista, atraiu estudantes com um senso ingênuo de justiça social, inclusive alguns de famílias proprietárias (Mizuta, 2005).

A Internacional Comunista de Moscou estava ativamente tentando infiltrar-se no Japão, um país vizinho e industrializado, publicando programas para a revolução socialista japonesa. No final dos anos 1920 e início dos anos 1930, houve debates intensos sobre a natureza do capitalismo japonês, liderados implicitamente pelo Partido Comunista ilegal. Os intelectuais foram influenciados por este debate, dividindo-se em dois grupos: os feudelistas, que enfatizavam a natureza feudal e atrasada da sociedade japonesa, e os modernistas, que argumentavam que a sociedade japonesa já estava modernizada. As Teses sobre a Situação do Japão e as Tarefas do Partido Comunista, publicadas pela Internacional Comunista em 1932, delinearam a revolução futura no Japão como uma revolução democrático-burguesa com potencial para se transformar rapidamente em uma revolução socialista. Essas ideias refletiram uma abordagem de dupla fase para a revolução, possivelmente

influenciada por teorias históricas de Marx, Hegel e pensadores do Iluminismo ocidental como Adam Smith (Mizuta, 2005).

Nos anos Taishō, período subsequente da era Meiji, houve um aumento significativo da influência do marxismo no Japão, culminando com o estabelecimento do Partido Comunista Japonês (JCP) em 1922. Esse crescimento refletiu uma crise emergente na sociedade japonesa. O interesse tanto pelo marxismo quanto por outras correntes do pensamento político ocidental se intensificou nesse período. O surgimento de diversos programas políticos, como o minpon-shugi de Ychino Sakuzo e o Plano de Reorganização do Japão de 1919 de Kita Ikki, demonstrou um amplo desencanto nos círculos intelectuais com as promessas liberais da "democracia Taishō" (Hoston, 1984).

A interpretação do marxismo e do nacionalismo no Japão pré-guerra está estreitamente ligada ao período Taishō. Durante esse tempo, surgiram pensamentos tanto de esquerda quanto nacionalistas, como o anarquismo de Osugi Sakae e o "japonismo científico" de Akamatsu Katsumaro. No entanto, essas tendências não foram explicitamente consideradas como reações à crise da época, sendo tratadas como correntes intelectuais separadas. O marxismo japonês foi negligenciado em favor do pensamento ultranacionalista, destacando figuras como Kita Ikki, cuja contribuição para o crescimento do militarismo ou fascismo japonês na década de 1930 foi enfatizada por estudiosos ocidentais (Brown 1955; Storry 1957; Wilson 1963).

Durante os anos Taishō, o Japão enfrentou dificuldades econômicas decorrentes de seu processo tardio de industrialização capitalista em comparação com a Europa Ocidental. A rápida industrialização sob a era Meiji causou uma grande transformação econômica e social em poucas décadas. Houve um aumento significativo da população urbana de 12% para 45% entre 1895 e 1930. O crescimento industrial criou uma divisão econômica entre setores tradicionais e indústrias capital-intensivas, alimentada pela concentração de capital incentivada pelo Estado. Os "cinco grandes bancos" controlavam mais de 25% do capital bancário no final da era Taishō (Takahashi, 1929). Isso coincidiu com o surgimento dos zaibatsus, grupos financeiros que dominavam a economia urbana. Apesar do crescimento na produção de alimentos e têxteis entre 1894 e 1914, mais de 50% da força de trabalho manufatureira ainda estava em estabelecimentos com menos de cinco trabalhadores até 1930, e mais da metade da força de trabalho estava envolvida na produção agrícola em 1920 (Kato, 1974).

“Em última análise, a reivindicação do marxismo de sinônimo com a ciência social derivava de sua análise da própria sociedade japonesa, uma que refletia - mas, de maneiras importantes, transcendia - todas as tensões e problemas acabados de descrever. Sua principal contribuição assumiu a forma do 'debate sobre o capitalismo japonês' que ocorreu do final da década de 1920 ao final da década de 1930. Motivado por desacordos políticos sobre objetivos e estratégias revolucionárias, seu objetivo era a caracterização histórica do processo de desenvolvimento do capitalismo japonês e do Estado moderno (Barshay, 2004, p. 55, tradução nossa).”

A teoria econômica pessimista de Marx sobre o futuro do capitalismo ressoava com as dificuldades enfrentadas pela economia japonesa nos anos 1920. Seu programa político era atraente devido ao otimismo em relação a uma democracia política e social mais genuína do que a oferecida pelo regime Taisho. Além disso, a análise marxista teoricamente conectava mudanças na economia doméstica com novas demandas populares por mudanças sociais e políticas, que surgiram após a Revolução Bolchevique e a Primeira Guerra Mundial (Hoston, 1984).

Takabatake foi pioneiro entre os marxistas japoneses ao abraçar a teoria econômica e política básica do marxismo, enquanto questionava aspectos que considerava insatisfatórios, como o materialismo histórico, a teoria do desaparecimento do Estado e o internacionalismo proletário que negava a validade dos nacionalismos existentes. Enquanto o movimento comunista japonês se concentrava em entender os conceitos fundamentais de Marx, a ampla formação de Takabatake em correntes europeias anteriores ao marxismo o incentivou a propor revisões na teoria marxista, tornando-a mais precisa e contextualmente relevante para o Japão (Hoston, 1984).

Takabatake abordou preocupações específicas relacionadas a sociedades em desenvolvimento tardio, ampliando a importância de sua contribuição para além do Japão. A comparação entre sua abordagem e movimentos como a "tenko" de Mussolini e o "Bolchevismo Nacional" na Alemanha sugere que, ao importar o marxismo para estágios semelhantes de desenvolvimento, é necessário destacar o nacionalismo ou o estatismo, ausentes na formulação original de Marx. Enquanto a Inglaterra e a França gradualmente desenvolveram o capitalismo industrial, Alemanha, Itália e Japão industrializaram rapidamente com apoio estatal, principalmente em resposta a pressões externas (Hoston, 1984).

Na década de 1920, o Japão enfrentou limitações para seu crescimento econômico devido a esferas de influência preexistentes estabelecidas pelas potências capitalistas ocidentais avançadas. A cooperação entre essas potências, como a Liga

das Nações, visava proteger suas posições no sistema internacional. Assim, enquanto o marxismo abordava as questões domésticas do Japão durante a era Taisho, a inclusão de elementos nacionalistas ou estatistas foi uma resposta racional às condições ameaçadoras e alteradas de seu contexto internacional (Hoston, 1984).

6 CONCLUSÃO

Os pensadores econômicos clássicos mencionados neste trabalho tiveram papel crucial no desenvolvimento econômico japonês. Sua influência nos estudos de economia que afluíam no ocidente paralelamente à restauração Meiji foram largamente estudados, avaliados e posteriormente incorporados na cultura, política e cotidiano do Japão. Este não foi apenas um período de abertura do comércio exterior, mas também a revolução industrial do país.

A defesa dos princípios de livre mercado e da importância da iniciativa individual defendidas por Adam Smith, também foram trazidas no tratado de Keiko Dan, de Kaiho Seiryō. Nele havia relatos de admiração, engenhosidade e prosperidade dos fabricantes de saquê rural e comerciantes de arroz, todavia os intratáveis problemas econômicos e sociais do Japão Tokugawa tardio (1811), apontavam para uma conclusão inescapável: os escritos dos primeiros sábios confucionistas não eram mais aplicáveis para o Japão daquela época. As ideias antigas deveriam ser interpretadas e adaptadas à luz da experiência prática (Suzuki, 1991).

Para contextualizar o quanto as ideias de Seiryō estavam alinhadas ao liberalismo britânico de Smith, eis um trecho do Keiko Dan:

“Todas as coisas entre o céu e a terra são mercadorias para troca [shimono], e é a lei das mercadorias que elas devem produzir outras mercadorias. Sem exceção, campos produzem arroz e dinheiro produz lucro. É a lei do universo que as montanhas produzem madeira, o mar produz peixe e sal, e dinheiro e arroz produzem lucro (Kaiho, 1970, p.222, tradução nossa).”

Para Seiryō, a chave da prosperidade não estava na bondade e sabedoria do governante, mas no trabalho duro e na iniciativa de toda a população, mas o aspecto original de seu pensamento está na lógica que ele utiliza para defender a participação dos samurais no comércio. Em seus escritos, a linguagem e as imagens do pensamento confucionista são transformadas na racionalidade da troca de mercado, e as virtudes da ética confucionista sofrem uma metamorfose para emergirem como os valores de uma economia capitalista nascente (Suzuki, 1991).

A alta densidade demográfica do Japão trouxe desafios para a administração pública japonesa. Por este motivo Malthus foi estudado como um teórico da população. Os controles positivos de população descritos por Malthus, fome, doenças,

guerra e desastres naturais foram mantidos como explicação dos números populacionais até a década de 1960 (Macfarlane, 2003). Seu pessimismo quanto a felicidade humana descritos em sua obra *Ensaio Sobre a População*, que trata as dificuldades quanto a produção de alimentos ser suficiente para acompanhar o aumento da população foi um relevante impulsionador para o desenvolvimento agrário do Japão.

A maioria da população ativa japonesa na Era Meiji era camponesa, porém a constante modernização e o desenvolvimento da economia capitalista no começo do século XX trazem à discussão a teoria de renda da terra de Ricardo, seguida se sua teoria dos salários (Mazane, 1962). Enquanto Ricardo focava no capital industrial como o interesse geral da sociedade na Inglaterra, essa teoria econômica não era relevante para a ampla massa de leitores japoneses, enfrentando problemas diferentes. Desta forma, durante a Era Meiji suas obras não foram tão estudadas quanto a *Riqueza das Nações* de Adam Smith – Obra que mais se aproximava das necessidades dos políticos e empresários japoneses da época (Takenaga, 2016). Para Fukuda, o cerne da economia de Ricardo reside na aplicação do princípio básico de valor no processo de distribuição e troca, destacando que a economia de Ricardo é essencialmente um estudo da operação desse princípio (Fukuda, 1913).

Uma contribuição muito relevante de Ricardo à economia japonesa foi relativa à sua teoria dos salários. A partir dela, com base no preço natural, relativo ao preço de bens essenciais como o limite inferior para os salários de mercado (Hori, 1958), favorece uma melhor remuneração do trabalho para o povo japonês em comparação com o regime Tokugawa e o início da revolução industrial.

Apesar da idealização de livre mercado no Japão, a ideia da intervenção do governo na economia também era pauta de pensadores econômicos. Satō Nobuhiro foi um defensor entusiástico de que as autoridades políticas deveriam estar diretamente envolvidas em atividades de criação de riqueza. Entretanto ao passo que Seiryō estendeu as leis de troca de mercado para cobrir a relação política entre governante e governado, Nobuhiro segue em direção oposta. Para ele, o governante deve ser benevolente cujo maior dever é aliviar o sofrimento do povo (Suzuki, 1991).

O governo sábio de Nobuhiro não é simplesmente aquele que pratica as virtudes tradicionais da caridade e da justiça, mas sim aquele que intervém ativamente para promover a prosperidade através da introdução de novas técnicas e novos tipos de produção (Suzuki, 1991).

Este aspecto do pensamento de Nobuhiro é mais evidente na sua visão da Utopia. A sua imagem do governo ideal é recorrente em vários dos seus escritos económicos, mas é mais claramente delineada em sua obra, o Suitō Hiroku (Memorando Confidencial sobre o Governo), provavelmente escrito no início da década de 1830 (Shimazaki 1977).

Durante a Era Meiji, o Estado japonês desempenhou um papel significativo na economia por meio da expropriação de terras camponesas através da reforma tributária chamada chiso kaisei e da integração de espaços sagrados para apoiar o xintoísmo estatal centrado no imperador. Sakai Toshihiko e Kōtoku Shūsui, fundadores do Jornal dos Comuns, contribuíram para esse período ao publicar a primeira tradução abreviada do Manifesto Comunista em japonês, destacando sua importância na luta pela terra e contra a exploração industrial do trabalho (Yang, 2020). Na década de 1890, socialistas japoneses criticaram a economia liberal britânica e sua ênfase na livre competição, influenciados pelo humanitarismo dos socialistas cristãos e rejeitaram o capitalismo, especialmente quando priorizava os interesses do Estado sobre a população, sujeitando-a a uma competição desumana (Takeuchi 1965; Matsuzawa 1973). O Marxismo japonês tem papel crucial na luta dos trabalhadores por melhores relações entre os empregadores e empregados.

QUADRO 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DOS PENSADORES

Adam Smith	Thomas Malthus	David Ricardo	Karl Marx
• Introdução do liberalismo econômico britânico; • O amor-próprio como mal necessário para introdução da economia política.	• Estudos demográficos e seus impactos na economia; • Preocupação do governo com os meios de produção de alimentos.	• Teoria dos salários que balizam uma forma inicial de proporcionar um pagamento que proporcionasse pelo menos a subsistência dos trabalhadores assalariados.	• Crítica à economia política e ao capitalismo industrial; • Influência socialista no Japão; • Lutas de classes dos trabalhadores por melhores relação entre empregadores e empregados.

FONTE: O autor (2024).

REFERÊNCIAS

- ARAHATA Kanson. Kanson jiden (Autobiography of Arahata Kansonil). 2 vols. Tokyo: Itagaki shoten, 1948.
- BARSHAY, Andrew E. The Social Sciences in Modern Japan: The Marxian and Modernist Traditions. Berkeley: University of California Press, 2004.
- BROWN, Delmer M. Nationalism in Japan. Berkeley: University of California Press, 1955.
- FACCARELLO, G., MASASHI I., MORISHITA, H. Malthus Across Nations. Japan Society for the Promotion of Sciences (JSPS), 2020.
- FARRIS, William Wayne, Population, Disease and Land in Early Japan, Harvard 1985.
- FRITSCH, Winston. Adam Smith. A Riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Editora Nova Cultural Ltda. São Paulo, 1996.
- FUKUDA, Tokuzō. 'Ricardo no Chidai Riron yori Marx e' ('From the theory of ground rent of Ricardo to Marx') (Résumé of the conference 'Chidai Shinron' ['New theory of ground rent'], held on the 16th May in Chūō University), 1908.
- FUKUDA, Tokuzō. Kachi no Genin to Shakudo to ni kansuru Malthus to Ricardo to no Ronsō ('Debate between Malthus and Ricardo concerning the cause and measure of value') (Initially published in Kokumin Keizaizasshi [Review of National Economy], Kōbe Higher School of Commerce [now Kōbe University]), 1912.
- FUKUDA, Tokuzō. Ricardo Keizai Genron no Chūshin Mondai ('Central problems of Principles of political economy of Ricardo') (initially published in Kokumin Keizaizasshi, Kōbe Higher School of Commerce), 1913.
- FUKUDA, Tokuzō. Ricardo in the history of economic thought (Three articles written from the end of Meiji era to the beginning of Taishō era – circa 1910). Ricardo and the History of Japanese Economic Thought A selection of Ricardo studies in Japan during the interwar period. First published by Routledge, 2016.
- GALVEAS, Ernane. Os Economistas. Thomas Robert Malthus. Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática. Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- GARAUDY, Roger. Karl Marx. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- GARNIER, Joseph. 'Population'. In Charles Coquelin and Gilbert-Urbain Guillaumin, Dictionnaire de l'économie politique, contenant l'exposition des principes de la science. Paris: Guillaumin, II, pp. 382-402, 1853.

GORENDER, Jacob. Os Economistas: Karl Marx. O Capital Crítica da Economia Política. Volume 1. Livro Primeiro: O Processo de Produção do Capital. Editora Nova Cultural, 1996.

HANLEY, Susan B., and Yamamura, Kozo, Economic and Demographic Change in Pre-Industrial Japan 1600–1868, Princeton, 1977.

HOLANDA, Felipe Macedo de. Os Economistas: David Ricardo. Princípios de Economia Política e Tributação. Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

HORI, Tsuneo. Rōchin Ron' ['Theory of wages'], chapter IV of Riron Keizaigaku no Seiritsu—Ricardo no Kachiron to Bunpairon [Establishment of theoretical economics—Ricardo's theory of value and theory of distribution], Kōbundō, 1958.

HOSTON, Germaine A. Marxism and National Socialism in Taisho Japan: The Thought of Takabatake Motoyuki. Journal of Asian Studies VOL. XLIV, No. 1. November 1984.

HOWELL, David. Capitalism from within: economy, society, and the state in a Japanese fishery, 1995.

INOUE, Enryō. 近世哲学史宗教哲学 Kinsei Tetsugakushi Shūkyō Tetsugaku [Histoire de la philosophie moderne et de la religion modernes - cours par]. Translittéré du japonais vers le français. Sans lieu, 1890.

JACOBS, Norman, The origin of modern capitalism and Eastern Asia, Hong Kong, 1958.

JANNETTA, Ann Bowman, Epidemics and Mortality in Early Modern Japan, Princeton, 1986.

JANSEN, Marius B, and Rozman, Gilbert, (eds), Japan in Transition from Tokugawa to Meiji, Princeton, 1988.

KAEMPFER, Engelbert, The History of Japan, together with a Description of the Kingdom of Siam, 1690–1692, (1727), tr. J.G. Scheuchzer, 1906.

KAIHO, Seiryō Keiko Dan, reprinted in Nihon Shiso Taikei, vol. 44, Tokyo: Iwanami Shoten, 1970.

KATO, Shiuichi. "Taisho Democracy as the Pre-Stage for Japanese Militarism." In Japan in Crisis, 1974.

MACEDO, Emiliano Unzer. História do Japão: uma introdução / San Bernadino, Califórnia, EUA: Amazon Independent Publihing, 2017.

MACFARLANE, Alan. The Savage Wars of Peace. England, Japan and Malthusian Trap. Palgrave Macmillan, 2003.

MALTHUS, T. R., An Essay on Population, 2nd ed. Everyman edition, two volumes, 1803.

MALTHUS, T. R., *An Essay on the Principle of Population and A Summary View of the Principle of Population*, Anthony Flew (ed.), 1982.

MALTHUS, T. R. *Population: The First Essay*. The University Michigan Press, Michigan, EUA, 1959.

MARUYAMA, Masao. *Nihon no Shiso*. Tokyo: Iwanami Shinsho, 1967.

MARX, Karl. *Critique of the Gotha Programme*. Marx/Engels Selected Works, Volume Three, Progress Publishers, Moscow, 1970.

MATSUZAWA, Hiroaki. *Nihon shakai-shugi no shiso* [Japanese socialist thought]. Tokyo: Chikuma shobo, 1973.

MAZANE, Kazuo. 'Meiji oyobi Taishō Zenki ni okeru Ricardo Dōnyū Shi' ('History of Ricardo introduction in the Meiji era and in the first half of the Taishō era'), *Keizaigaku Nenpō* (Faculty of economics of Osaka City University), vol.16, 1962.

MAZANE Kazuo. 'Taishō Kōki yori Senzen madeno Ricardo Dōnyūshi' ('History of Ricardo introduction from the latter half of the Taishō era to the War'), *ibid.*, vol.23, 1965.

MIZUTA, Hiroshi. *The Rise of Political Economy in the Scottish Enlightenment. Adam Smith in Japan*. Edited by Tatsuya Sakamoto and Hideo Tanaka. Routledge, 2005.

MURAMATSU, Masataka. À propos des errances dans la réception japonaise de l'oeuvre d'Adam Smith. In *Revue de philosophie économique* (Vol. 20), páginas 137 a 157 Éditions Vrin, 2019.

NELL, Edward J. *Growth, Profits and Prosperity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

SUZUKI, Morris. *A History of Japanese Economic Thought* (Nissan Institute Routledge Japanese Studies Series), 1991.

SHIMAZAKI, Takao SATŌ Nobuhiro: *Jinbutsu Shiso narati ni Kenkyū Shi*, in *Nihon Shiso Taikei*, vol. 45. Tokyo: Iwanami Shoten, 1977.

STORRY, Richard. *The Double Patriots. A Study of Japanese Nationalism*. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

SUENAGA, Shigeki, 'Ricardo no Kaheiron' ['Theory of money of Ricardo'], *Kenkyu Nenpō Keizaigaku I* (Annual bulletin, Economics I), Tōhoku Imperial University, 1934.

TAKAHASHI, Kamekichi. *Nihon shihon-shughi attatsus hi* [History of the development of Japanese capitalism]. Rev. and enl. ed. Tokyo: Nihon hyoron-sha, 1929.

TAKENAGA, Susumu. *Ricardo and the History of Japanese Economic Thought A selection of Ricardo studies in Japan during the interwar period*. First published by Routledge, 2016.

TAKEUCHI, Yoshitomo. "Nihon no Marukusu-shugi" [Japanese Marxism]. In *Marukishizumu* [Marxism]. Vol. 2. TakeuchiY oshitomo, ed. *Gendai Nihon shiso taikei* [Outline of contemporary Japanese thought]. Vol. 21. Tokyo: Chikuma shobo, 1965.

THUNBERG, Charles Peter. *Travels in Europe, Africa and Asia*, 3rd edn, 1796, (originally published in 1793).

TSUNODA, Ryūsaku et al. *Sources of Japanese Tradition*, vols 1–2. New York: Columbia University Press, 1964.

VRIES, Peer. Was Meiji Japan capitalist? Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331064939_Was_Meiji_Japan_capitalist. Publicado em 13 de fev. 2019. Acesso em Curitiba 12 de jan. 2024.

WILSON, George M. "Kita Ikki, Okawa Shumei, and the Yuzonsha: A Study in the Genesis of Showa Nationalism." In *Papers on Japan*. Vol. 2. Cambridge: Harvard University, East Asian Research Center, 1963.

YANG, Manuel. *Translating Marx in Japan Yoshimoto Taka'aki and Japanese Marxism*. Chapter 5 of *The Routledge Handbook of Translation and Activism*. Edited by Rebecca Ruth Gould and Kayvan Tahmasebian, 2020.

YOKOI, Shōnan Iryo Osetsu Taii, reprinted in *Nihon Shisō Taikei*, vol. 55. Tokyo: Iwanami Shoten, 1971.